EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO

Leilão Exclusivamente Eletrônico
(www.kronleiloes.com.br)

O(A) EXMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA (O) VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARAÍSO DO NORTE-PARANÁ, DR. **ELDOM STEVEM BARBOSA DOS SANTOS,** nomeando o leiloeiro público **HELCIO KRONBERG**, JUCEPAR 653, faz ciência aos interessados e, principalmente, aos executados/devedores que, nos autos do(s) processo(s) abaixo indicado(s), venderá, em **LEILÃO PÚBLICO,** os bens/lotes adiante discriminados. **LOCAL**: Os leilões previstos neste edital serão realizados exclusivamente em ambiente eletrônico, via plataforma *www.kronleiloes.com.br*. **DATA E HORA**: **Primeiro leilão: 17/11/2026 Segundo Leilão: 24/11/2026, ambos as 10h10min (*horário de Brasília).* VENDA DIRETA:** Na hipótese de algum bem/lote indicado neste edital não ser arrematado em nenhum dos leilões designados, o bem/lote poderá ficar disponível no site do leiloeiro pelo prazo de até 60 *(sessenta)* dias, prazo em que o leiloeiro receberá ofertas, as quais deverão observar o lance mínimo previsto neste edital, para pagamento do valor à vista. As ofertas serão apresentadas pelo leiloeiro, ao r. juízo competente, para análise. Sobre o valor ofertado será devida taxa de comissão de leilão de **5,00%. LANCE INICIAL**: **No primeiro leilão**, o leiloeiro iniciará o ato ofertando os lotes tendo como lance mínimo o valor da avaliação. Caso algum lote não seja arrematado no primeiro leilão, o mesmo será ofertado novamente nos demais leilões, na data acima indicada. **No segundo leilão**, fica o leiloeiro autorizado a ofertar os lotes tendo como lance mínimo o valor equivalente a **50%** do valor da avaliação *(art. 891, §único do CPC).* **LANCE CONSIDERADO VENCEDOR**: Será considerado vencedor o lance em maior valor, independente da forma de pagamento escolhida pelo licitante *(à vista ou parcelado).* **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** Nas arrematações em valor igual ou inferior a R$ 10.000,00, o pagamento do valor do lance deverá ser, obrigatoriamente, à vista, mesmo quando houver previsão de parcelamento no presente edital. Nos pagamentos mediante guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, cabendo ao arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. ***a)*** **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 *(três)* dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida *(art. 903, §1º, III do CPC),* sendo o lote novamente levado à leilão *(do qual o arrematante ficará impedido de participar),* ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da arrematação, além das despesas para a realização de um novo leilão, podendo o r. juízo valer-se da via executiva para a cobrança da multa. ***b)*** **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo de até 03 *(três)* dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor mínimo correspondente a 25% do valor da arrematação, quitando o valor remanescente em no máximo: ***a)*** **30 parcelas na arrematação de bens imóveis**. ***b)*** **12 *(doze)* parcelas na arrematação de bens móveis**, desde que o valor da arrematação seja em valor superior a R$ 10.000,00. As parcelas serão iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 *(trinta)*dias corridos, contados da data da arrematação, e atualizadas mensalmente *(pro-rata die)*, pelo INPC, também a partir da data da arrematação em leilão, parcelas estas que deverão ser depositadas em conta-bancária vinculada aos autos a que se refere o presente edital, mediante guia judicial a ser emitida, devendo as guias serem

emitidas para "pagamento em continuidade", indicando a mesma conta bancária constante na primeira guia emitida para pagamento do valor do sinal mínimo de 25%. Deverá o arrematante, no prazo máximo de 05 *(cinco)* dias corridos após o vencimento de cada parcela, comprovar a quitação da mesma mediante juntada do comprovante nos autos do processo a que se refere o presente edital. É de exclusiva responsabilidade do arrematante efetuar o cálculo da atualização do valor das parcelas e emitir a guia judicial para recolhimento do valor devido. A quitação dos valores fica condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no automático vencimento antecipado das demais parcelas *(considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida)*, podendo o r. juízo valer-se da via executiva em face do arrematante *(podendo, ser for o caso, executar a hipoteca gravada sobre o bem arrematado),* incidindo, sobre o valor devido *(soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas)*, multa de 10% *(dez por cento),*sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal no prazo de 03 dias úteis, contado da data do leilão em que houve a arrematação, restará desfeita/resolvida a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 25% sobre o valor da arrematação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. **Em caso de parcelamento do valor da arrematação de bem imóvel, o saldo parcelado será garantido por hipoteca judicial a ser gravada sobre o(s) próprio(s) imóvel(eis) arrematado(s),** ficando o arrematante como fiel-depositário do bem a partir da expedição da carta de arrematação, quando o arrematante passará a arcar com todos os custos do bem arrematado *(taxas de condomínio, IPTU, ITR, despesas com manutenção, dentre outros)*. **Na hipótese de parcelamento do lance para a arrematação de bens móvel** *(quando previsto neste edital)*, poderá o r. juízo competente condicionar a entrega do bem à quitação de todas as parcelas. Contudo, sendo autorizada a entrega dos bens antes da quitação das parcelas, o arrematante ficará como fiel depositário do bem. **ARREMATAÇÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO:** Poderá o exequente arrematar o(s) lote(s) utilizando os créditos do próprio processo, observado o previsto no art. 892, §1º, §2º e §3º do CPC. **PROPOSTAS**: Havendo interesse na apresentação de propostas em valor e/ou condições diversas dos previstos neste edital, as mesmas deverão ser apresentadas, por escrito, para o leiloeiro *(no site www.kronleiloes.com.br),* devendo constar na mesma, ao menos: o nome e qualificação do proponente *(e cônjuge, se houver)*; bem/lote objeto da proposta; o valor da proposta; as condições de pagamento do valor proposto. Sobre o valor da proposta será devida taxa de comissão de leilão de 5,00%, caso a mesma seja homologada. **O recebimento de proposta pelo leiloeiro não suspenderá os leilões.** As propostas recebidas serão apresentadas nos autos, pelo leiloeiro, para análise do r. juízo competente, exceto na hipótese do r. juízo vedar o recebimento de propostas. Na hipótese de homologação da proposta, o leiloeiro, uma vez intimado, emitirá o auto de arrematação e recolherá o preço. Caso o proponente deixe de honrar a proposta homologada, ficará o mesmo obrigado a pagar multa equivalente a 25% do valor da proposta, assim como a pagar a taxa de comissão de leilão de 5,00% sobre o valor da proposta, tudo isso sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e/ou no presente edital. **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance *(e nas mesmas condições de pagamento)* recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial *(quando não comparecerem interessados na arrematação do bem),* até a

assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juízo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro. **MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE**: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante constituir advogado, especialmente na hipótese de desistência prevista no **art. 903, § 5º, I, II e III do CPC. TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO**: Em caso de arrematação, será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor total da arrematação, taxa esta devida mesmo na hipótese do exequente arrematar com créditos *(independente de exibir ou não o preço).* Na hipótese de acordo, remição e/ou parcelamento do débito após o leilão, será devida, pelo devedor, taxa de comissão de 5,00% sobre o valor da arrematação efetuada no leilão já realizado. Em caso de adjudicação, será devida, pelo adjudicante, taxa de comissão de 2% sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado. Em caso de remição, acordo e/ou parcelamento do débito antes do leilão, será devida, pelo devedor ou por quem tal obrigação for imposta no acordo firmado, taxa de comissão de 2% sobre o valor da dívida remida ou sobre o valor do acordo, sendo que na hipótese de tal percentual representar valor inferior a R$ 1.500,00, deverá este montante ser observado como valor mínimo a ser pago para o leiloeiro. O valor da comissão deverá ser integralmente quitado no prazo de até 03 *(três)*dias úteis, contados da data da arrematação, adjudicação, remição ou acordo. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, devendo ser destacada e paga para o leiloeiro. A comissão do leiloeiro será integralmente devida mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão que venha a ser posteriormente realizado. Ficam os interessados cientes que na hipótese de desistência da arrematação em razão da oposição de embargos e/ou de qualquer outra medida que vise a nulidade ou desfazimento da arrematação, incluindo as hipóteses previstas no art. 903, §5º do CPC ou, ainda, nas hipóteses em que, mesmo não havendo desistência, a arrematação vier a ser declarada nula ou desfeita, será devida taxa de comissão no percentual de 2% sobre o valor da arrematação, sendo, em tal hipótese, caso já tenha sido paga a comissão, restituído para o arrematante a diferença *(se houver).* Assim, ao participar do leilão, o interessado adere a tal condição e reconhece que, mesmo quando há a desistência, nulidade ou desfazimento da arrematação, o percentual de comissão fixado é devido à medida de que o serviço prestado pelo leiloeiro não se resume a realização do leilão, sendo necessário executar diversos outro atos para fazer frente à nomeação, a exemplo da elaboração de minuta do edital, divulgação do leilão, visitação dos bens, dentre outros atos que geram despesas para o leiloeiro. No entanto, caso o desfazimento ou nulidade da arrematação ocorrer por culpa exclusiva do leiloeiro, será devida a restituição da integralidade da taxa de comissão recebida. Na hipótese em que, por qualquer motivo, foi determinada a restituição da taxa de comissão recebida *(no todo ou em parte),* o valor a ser restituído será corrigido pelo IPCA-E, devendo ser considerado/aplicado mesmo quando for negativo, sendo afastado qualquer outro índice de correção. **DÍVIDAS E ÔNUS: A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos *(até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega),* inclusive dívidas *propter rem***. Os ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado *(a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras)* não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN,

cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Em relação e eventuais créditos condominiais, será aplicada a norma prevista no art. 908, §1º do CPC, cabendo ao condomínio habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ITBI, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. **Na hipótese de arrematação de veículo**, ficam os interessados cientes que, para a transferência do veículo para o nome do arrematante, será necessária a desvinculação dos débitos com fato gerador anterior ao leilão, bem como o cancelamento de eventuais ônus e/ou bloqueios que recaiam sobre o veículo, para o que se faz necessário aguardar os trâmite legais, não tendo o Poder Judiciário e/ou leiloeiro qualquer responsabilidade pelas providências e prazos dos órgãos de trânsito e demais órgãos responsáveis, sendo de responsabilidade do arrematante acompanhar os procedimentos. Em caso de adjudicação de bem, serão mantidos todos os ônus e débitos que recaiam sobre o bem adjudicado, exceto na hipótese de decisão judicial em sentido contrário. **TRANSMISSÃO *ON LINE***: Os leilões previstos neste edital ocorrerão, nos dias e horários indicados, exclusivamente em ambiente eletrônico *(www.kronleiloes.com.br).* Os leilões poderão, a critério do leiloeiro, ser transmitidos, em tempo real, por intermédio do *site www.kronleiloes.com.br*. Contudo, em razão de problemas técnicos, a transmissão pode não ser possível ou sofrer interrupções totais ou parciais, o que, em nenhuma hipótese, invalidará e/ou postergará o ato. **LANCES PELA INTERNET:** Os interessados em participar do leilão deverão dar lances, exclusivamente pela *internet*, por intermédio do site *www.kronleiloes.com.br*. **Serão aceitos lances a partir da inserção do leilão no *site* do leiloeiro**. Todos os atos realizados via *internet* ficarão sujeitos ao bom funcionamento do sistema, ficando o Poder Judiciário e/ou leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade. Os interessados em ofertar lances eletrônicos deverão observar as condições previstas no site do leiloeiro e na legislação em vigor, sendo condição o cadastro prévio no site do leiloeiro. Ao participar do leilão o interessado concorda com todas as condições previstas neste edital. **CONDIÇÕES GERAIS:** O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro para participar do leilão, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta que venha a prejudicar o ato. Ao se cadastrar e participar do leilão, o interessado adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis, sem direito ao arrependimento. Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante *(art. 893 do CPC).* Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. As medidas e confrontações dos imóveis e/ou benfeitorias, eventualmente constantes no presente edital, deverão ser consideradas meramente enunciativas, já que extraídas dos registros imobiliários, laudo de avaliação e demais documentos anexados aos autos. Para todos os efeitos, considera-se a venda dos bens imóveis como sendo *ad corpus,*não cabendo qualquer reclamação posterior em relação a medidas, confrontações e/ou demais peculiaridades das áreas/imóveis, cabendo aos interessados vistoriarem os bens/áreas antes de ofertarem lances no leilão, inclusive no que se refere às edificações existentes nos imóveis, se houver. Eventuais informações acerca de ocupação/invasão/desocupação dos imóveis deverão ser levantadas pelos licitantes interessados na arrematação. Na hipótese do imóvel arrematado encontrar-se tombado ou ser considerado como UIP pelo Município, caberá ao arrematante observar a legislação pertinente, principalmente no que se refere a conservação do bem e restrições de uso. É de responsabilidade do arrematante verificar, antes do leilão, eventual restrição ao uso do imóvel, inclusive, mas são somente, restrição

construtiva, restrição ambiental, dentre outras, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie de garantia *(inclusive de funcionamento).* Sendo arrematado veículo, ficam os interessados cientes da possibilidade do mesmo não ter chaves, sendo de responsabilidade do arrematante providenciar e arcar com os custos das mesmas. Em caso de arrematação de bem móvel, inclusive veículo, **caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a desmontagem, retirada e transporte, do bem arrematado, do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 *(dez)* dias** contados da data de expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem em favor do leiloeiro, para pagamento dos custos de armazenamento**. Em se tratando de unidade autônoma de vaga de garagem**, deve ser observado o art. 1331, §1º do Código Civil, cabendo ao interessado consultar as normas previstas na Convenção do Condomínio, não sendo aceitas reclamações após o leilão. Caberá ao arrematante arcar com os custos para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. **INFORMAÇÕES:** Com o leiloeiro, pelo telefone (41) 3233-1077 ou pelo site *www.kronleiloes.com.br.* **Visitação do*(s)* bem*(ens)* mediante contato prévio com o leiloeiro, sendo possível apenas na hipótese do*(s)* bem*(ens)* estar*(em)* sob a guarda ou posse do leiloeiro**. **Não será permitida visita sem agendamento prévio**. Maiores detalhes, inclusive fotos dos bens, podem ser consultados no laudo de avaliação juntado no processo, laudo este disponibilizado no site do leiloeiro, não podendo ser alegado desconhecimento. As fotos constantes no laudo, no site do leiloeiro e/ou no material publicitário devem ser consideradas meramente ilustrativas, podendo haver diferenças entre a atual condição do bem e a condição constante nas fotos, cabendo aos interessados vistoriarem os bens antes do leilão. **PRAZO PARA IMPUGNAR ESTE EDITAL:** O presente edital pode ser impugnado no prazo de 05 *(cinco)* dias corridos, contados da publicação do mesmo no site do leiloeiro *(www.kronleiloes.com.br),* sob pena de preclusão. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito que se expedisse o presente edital que deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. **Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os arrendatários rurais, os interessados e, principalmente, os executados *art. 889, § único do CPC)*, credores hipotecários ou credores fiduciários, bem como os respectivos cônjuges, se casados forem:** INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL , ANTONIO RUBENS PRIMÃO , RITA DE CÁSSIA SGUAREZI RUIZ PRIMÃO, RUBENS ANTONIO PRIMÃO, REGIANE AMÁLIA PRIMÃO, COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO LIVRE ADMISSÃO UNIÃO PARANÁ/SÃO PAULO- SICREDI – UNIÃO PR/SP, BANCO COOPERATIVO SICREDI S/A, COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO PARANÁ/SÃO PAULO- SICREDI – UNIÃO PR/SP COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICOOB OURO BRANCO -SICOOB UNICOOB OURO BRANCO.

EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - 0001394-33.2020.8.16.0127 Requerente: INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL **Requerido:** ANTONIO RUBENS PRIMÃO. **Bem** Parte ideal correspondente a 50% pertencente aos executados do IMÓVEL: Lote de terra rural sob nº 01-Remanescente, subdivisão do lote de terras nº 01, este da subdivisão particular do lote de terras XXXVII, da 3 ^ * Gleba, 3ª Secção, Colônia Paranavaí, situado no Município de São Carlos do Ivaí, desta Comarca, com a área de 145.200,00 metros quadrados, e está dentro das seguintes divisas e confrontações: Principiando num marco de madeira de lei que foi cravado junto à margem direita da

Água Santo Euzébio e na divisa com o Lote de Terras nº 01-B; segue confrontando com o Lote de Terras nº 01-B, no rumo de NE 86º 55’ 42” SW, em uma extensão de 547,88 metros, até um marco cravado na divisa do Lote de Terras nº 01-A; daí segue à esquerda confrontando com o Lote de Terras sob nº 01-A, no rumo de NE 84° 30' 19" SW, em uma extensão de 572,52 metros, até um marco cravado junto a uma estrada; daí segue à direita margeando a citada estrada sentido para São Carlos do Ivaí, confrontando com terras do Sr. Antônio Júlio, no rumo de SW 26º 58’ 43" NE, em uma extensão de 223,67 metros, até alcançar outro marco cravado na divisa de terras do Sr. Pedro Sanches ou sucessores; daí segue à direita confrontando com terras do Sr. Pedro Sanches ou sucessores, no rumo de NW 88° 43' 17" SE, em uma extensão de 920,00 metros, até um outro marco cravado junto à margem direita da Água Santo Euzébio; daí segue à direita margeando a Água Santo Euzébio (margem direita), sentido água abaixo em uma extensão de 121,58 metros, até alcançar o marco ponto de partida do perímetro descrito neste memorial. Os marcos empregados são de cerne de madeira de lei. Os rumos acima utilizados são todos sob o Norte Verdadeiro. Com as demais características constantes na Matrícula nº 11.024 do Cartório de Registro de Imóveis de Paraíso do Norte/PR. **Recursos Pendentes: Agravo de Instrumento sob nº 0032020-18.2026.8.16.0000 e Embargos de Declaração sob nº 0098872-24.2026.8.16.0000 pendente de julgamento. Ônus:** R-6-11.024 – Hipoteca Cedular de 1º Grau a favor da Credora Cooperativa de Crédito e Investimento Livre Admissão União Paraná/São Paulo- Sicredi – União PR/SP. R-7-11.024 – Hipoteca Cedular de 2º Grau a favor da Credora Cooperativa de Crédito e Investimento Livre Admissão União Paraná/São Paulo- Sicredi – União PR/SP. R-8-11.024 – Hipoteca Cedular de 3º Grau a favor do Credor Banco Cooperativo Sicredi S/A. R-9-11.024 – Hipoteca Cedular de 4º Grau a favor da Credora Cooperativa de Crédito Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo- Sicredi – União PR/SP. R-10-11.024 – Hipoteca Cedular de 5º Grau a favor da Credora Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo- Sicredi – União PR/SP. AV-11-11.024 – Aditivo à Cédula Rural Pignoratícia Hipotecária nº B80921961-0 objeto do R-10. **Penhoras/Arresto:** penhora nº 0001394-33.2020.8.16.0127 VARA CÍVEL DE PARAISO DO NORTE-PR. **VALOR DA DÍVIDA R$ 696.138,17** em 07 de outubro de 2026. **VALOR DE AVALIAÇÃO R$ 778.272,00** em 05 de fevereiro de 2025. **Valor do bem em segundo leilão:** R$ 389.136,00.

EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - 0001394-33.2020.8.16.0127 Requerente: INTEGRADA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL **Requerido:** ANTONIO RUBENS PRIMÃO. **Bem** Parte ideal correspondente a 50% pertencente aos executados do IMÓVEL: Lote de terra rural sob nº 01-B, subdivisão do lote de terras nº 01, este da subdivisão particular do lote de terras XXXVII, da 3ª Gleba, 3ª Secção da Colônia Paranavaí, situado no Município de São Carlos do Ivaí, desta Comarca, com a área de 55.122,22 metros quadrados, e está dentro das seguintes divisas e confrontações: Principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado junto à margem direita da Água Santo Euzébio e na divisa com terras do Sr. Eduardo Soato ou sucessores; daí segue confrontando com terras do Sr. Eduardo Soato ou sucessores, no rumo de NE 72° 32' 57" SW, em uma extensão de 563,90 metros, até um marco cravado na divisa do Lote de Terras nº 01-A; daí segue à direita confrontando com o Lote de Terras sob nº 01-A, no rumo de SE 04° 16' 00" NW, em uma extensão de 170,33 metros, até alcançar outro marco cravado na divisa do Lote de Terras nº 01-Remanescente; daí segue à direita confrontando com o Lote de Terras nº 01-Remanescente, no rumo de SW 86° 55' 42" NE, em uma extensão de 547,88 metros, até um outro marco cravado junto à margem direita da Água Santo Euzébio; daí segue à direita, margeando a Água Santo Euzébio (margem direita), sentido água abaixo em uma extensão de 32,42 metros, até alcançar o marco ponto de partida do perímetro descrito neste memorial. Os marcos empregados são de cerne de madeira de lei. Os rumos acima utilizados são todos sob o Norte Verdadeiro. Com as demais características constantes na Matrícula nº 11.025 do Cartório de Registro de

Imóveis de Paraíso do Norte/PR. O imóvel possui em sua maior parte o cultivo de cana de açúcar, sendo demais partes ocupadas por área de mata e benfeitorias., Benfeitorias: 1) Casa com aproximadamente 90 metros quadrados – Alvenaria, telhas de barro, padrão baixo. 2) Galpão/Barracão Industrial – aproximadamente 120 metros quadrados- padrão baixo/rústico. **Recursos Pendentes: Agravo de Instrumento sob nº 0032020-18.2026.8.16.0000 e Embargos de Declaração sob nº 0098872-24.2026.8.16.0000 pendente de julgamento**. **Ônus:** AV-4-11.025 - CREDOR DE SERVIDÃO DE PASSAGEM: O imóvel desta matrícula tem acesso à via pública (estrada), tendo em vista a Servidão de Passagem de Trânsito, imposta no imóvel constituído pelo Lote de terras sob nº 01-A, da subdivisão do lote nº 01, este da subdivisão particular do lote nº XXXVII, da 3ª Gleba, 3ª Secção da Colônia Paranavaí, situado no Município de São Carlos do Ivaí, desta Comarca, com a área de 162.677,78 m2, cuja referida Servidão foi objeto do R-2-11.023 d/Oficio. R-6-11.025 – Hipoteca Cedular de 1º Grau a favor da Credora Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste do Paraná -Sicoob Noroeste do Paraná R-7-11.025 – Hipoteca Cedular de 2º Grau a favor da Credora Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste do Paraná -Sicoob Noroeste do Paraná. R-8-11.025 – Hipoteca Cedular de 3º Grau a favor da Credora Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Noroeste do Paraná -Sicoob Noroeste do Paraná. R-9-11.025 – Hipoteca Cedular de 4º Grau a favor da Credora Cooperativa de Crédito Noroeste do Paraná - Sicoob Noroeste do Paraná. AV-10-11.025 - Termo de Aditivo ao Instrumento de Crédito nº 29.863-4, objeto do R-9., tendo como Credora Cooperativa de Crédito Noroeste do Paraná-Sicoob Noroeste do Paraná. AV-11-11.025 – Alteração Razão Social – da Cooperativa de Crédito Noroeste do Paraná -Sicoob Noroeste do Paraná, para atual razão social Cooperativa de Crédito Unicoob Ouro Branco -Sicoob Unicoob Ouro Branco . AV-12-11.025 – Termo de Aditivo ao Instrumento de Crédito nº 29.863-4, objeto do R-9 e AV-10, tendo como credora Cooperativa de Crédito Unicoob Ouro Branco -Sicoob Unicoob Ouro Branco. **Penhoras/Arresto:** penhora nº 0005208-73.2022.8.16.0130 2ª VARA CÍVEL DE PARANAVAI-PR, penhora nº 0001394-33.2020.8.16.0127 VARA CÍVEL DE PARAISO DO NORTE-PR. **VALOR DA DÍVIDA R$ R$ 696.138,17** em 07 de outubro de 2026. **VALOR DE AVALIAÇÃO R$ 536.493,00** em 15 de maio de 2025. **Valor do bem em segundo leilão:** R$ 268.246,50.

Paraiso do Norte, 08 de outubro de 2026.

ELDOM STEVEM BARBOSA DOS SANTOS
Juiz de Direito